

## **A VILA DE ITU: PRIMÓRDIOS DE UMA URBANIZAÇÃO EM TEMPOS DE AÇÚCAR (1780 A 1830).**

Fabiana Leite de Camargo Francischinelli  
Universidade Federal de São Carlos  
fabianafrancischinelli@gmail.com

### **RESUMO:**

O presente trabalho tem por objetivo o entendimento do espaço urbano da Vila de Itu sobre as perspectivas da geografia histórica, onde se tem na localidade uma acessão econômica provocada pela monocultura canavieira que irá moldar o núcleo urbano em formação, além de alterar padrões demográficos e sociais da vila. Para esse estudo foram ainda debatidos os aspectos teóricos e metodológicos que servem de ferramental específico a geografia histórica urbana e que propiciam ao geógrafo o estudo de um espaço urbano do passado, de modo a superar as possíveis lacunas existentes quando se trata de estudos que envolvem tempos tão distantes.

Palavras-chave: geografia histórica, urbano colonial, vila de Itu.

GT – 8: Geografia Histórica Urbana

## 1 INTRODUÇÃO

Pensar a geografia urbana sobre uma perspectiva espaço temporal nos ajuda no entendimento das bases de formação de grande parte de nossas cidades, assim dentro de uma perspectiva histórico-geográfica é possível que elementos do passado deem sentido a muitos dos aspectos urbanísticos de nosso presente.

Não se trata aqui de buscar um marco temporal que aponte com exatidão uma ruptura dentro de um pseudo processo civilizatório onde o urbano é sua premissa maior de colonização e exploração do território, mas sim de se pensar um processo político, social, econômico e cultural que gradativamente molda o espaço, de modo que a partir da alteração de padrões e necessidades tenhamos um novo aparelhamento urbano.

Dentro desta perspectiva da geografia histórica o que se pretende neste artigo é o entendimento da construção urbana da vila de Itu, a partir de um período de transformação econômica da localidade, ou seja, de um grande crescimento da monocultura canavieira que vai de aproximadamente 1780 a 1830 e que como pretendemos demonstrar impulsionou esta Vila do interior paulista.

Interessante, porém de se notar que a cidade teve suas origens não nos engenhos de açúcar, mas sim em 1610 quando os sertanistas Domingos Fernandes e seu genro Christovam Diniz levantam a capela dedicada a Nossa Senhora da Candelária no lugar denominado Ytu-guassú (Nardy, 2000). Para Roberto Lobato Corrêa (2005) existe uma complexidade de propósitos para criação de centros urbanos, sendo uma delas entre outras, as vias de penetração para o interior, e como no caso em tela, Itu estabeleceu-se como ponto de partida de bandeiras e moções, tendo características peculiares que dão o tom da sociedade que se forma na região e que mais adiante se tornaria a vila do açúcar.

As relações comerciais de abastecimento das regiões mineradoras de Cuiabá e Minas Gerais no período que antecede o açucareiro são responsáveis pelos ganhos de alguns habitantes da Vila, e de certa forma é o que possibilita alguns dos investimentos posteriores na produção da monocultura da cana-de-açúcar a partir da decadência da mineração.

Demograficamente a partir da segunda metade do século XVIII temos um considerável crescimento populacional, são os atores sociais que gravitam em torno dos senhores de engenho, um considerável número de pessoas advém do tráfico escravo para suprir as demandas da produção açucareira, os agregados aparecem nos escritos de Eni de Samara Mesquita (2005) como um

terceiro elemento além dos dois já citados acima (senhores de engenho e cativos), e são componentes integrados, seja no ambiente rural assim como no urbano, como observaremos mais adiante, não se esquecendo também dos homens livres que aparecem como prestadores de serviços, entre outras funções importantes ao contexto do período.

O espaço urbano por sua vez sofreu transformações que vão desde construções assobradadas das famílias mais abastadas ao redor do núcleo central da igreja matriz, assim como melhorias também nos espaços públicos e locais de comércio entre outras.

Assim, a presente discussão se propõe a dialogar com um espaço do passado, abordando suas diversas facetas e conjecturas de modo que ao final possamos situar parâmetros conceituais dentro da geografia histórica urbana, ao mesmo tempo, em que desvendamos um espaço do passado, que dadas as escassez de fontes de pesquisa exigem do pesquisador um exercício contínuo para se suprir as lacunas existentes, tendo sempre em mente que o documento deriva da imposição, voluntária ou não, das sociedades históricas ao futuro, logo se conclui não existe documento-verdade, todo documento é mentira. (Le Goff, 2013), vez que sempre atende os interesses daqueles que os produziram.

## **2 ESPAÇO E TEMPO A SERVIÇO DA GEOGRAFIA URBANA**

A visão de uma geografia urbana sob a perspectiva espaço temporal repousa em arcabouço teórico metodológico próprio, onde geografia e história, articulados desenvolvem o entendimento de um urbano projetado de tempos pretéritos.

Pensar a geografia urbana por um viés espaço temporal exige que recorramos a fontes de pesquisa documentais e reminiscências materializadas no tempo, tais como objetos e construções. A pesquisa em arquivos históricos nos remete a utilização de diversos tipos de materiais, dentre eles, dados censitários, atas da câmara, inventários, testamentos, contratos de compra e venda, autos crimes, entre outros, estes são somente exemplos do que se tem como ferramental a ser utilizado. Outro importante recurso disponível é a cartografia histórica que é ferramental bastante útil a fim de se ter informações pretéritas, onde deixando de lado imprecisões técnicas, as visões de mundo poderão ser entendidas a partir daquilo que foi representado e, portanto guardava importância para determinada sociedade, assim como estes mesmos mapas numa análise comparativa podem dizer muito a respeito de alterações promovidas nas cidades, vez que permitem uma visibilidade maior daquilo que é relatado em livros, documentos, etc.

A utilização conjunta de fontes primárias e secundárias possibilitam ao pesquisador suprir de forma mais satisfatória as lacunas existentes, melhorando com isso a qualidade dos resultados obtidos. Existem aqui neste arcabouço metodológico de manuseio das fontes primárias diversas técnicas que são mais comuns aos historiadores do que aos geógrafos, tais como, o correto manuseio de documentos antigos, a leitura paleográfica, o mapeamento de localização destas fontes, entre outras que o geógrafo necessita conhecer quando se fala em geografia histórica.

Voltando ao espaço urbano, este necessita ser compreendido em sua plenitude, então metodologicamente, um dos caminhos apontado por Vasconcelos poderia ser o de articular a pesquisa de geografia histórica urbana nas seguintes bases:

- 1) Estabelecer uma periodização das longas durações, examinando as continuidades e as grandes rupturas, de acordo com os eventos históricos de maior importância para a cidade em exame;
- 2) Examinar o contexto de cada período em análise, buscando retirar das fontes primárias e secundárias disponíveis o que ocorreu de mais importante para a cidade e que aspectos nas diferentes escalas (internacional, nacional, regional, local) podem ter causado impacto direto ou indireto na cidade. Devem ser considerados os ciclos econômicos (como os de Kondratiev) e examinadas as questões relevantes de ordem ideológica, política, econômica, social, cultural, espacial etc.;
- 3) Examinar os agentes mais importantes, externos e locais, que contribuíram para modelar a cidade, como o Estado, a Igreja, os Agentes Econômicos, os diferentes estratos da população etc., com papéis e pesos diferenciados segundo o período em exame;
- 4) Finalmente, e mais importante para nós, examinar o desenvolvimento espacial da cidade em cada período, tomando como referência principal a cartografia original (e a iconografia existente), mas complementada pelas informações escritas (inclusive as estatísticas), e de preferência de fontes primárias. A partir de um certo nível de crescimento da cidade, as partes da mesma poderão ser examinadas individualmente, segundo os vetores principais de expansão (Vasconcelos, 2010, 154).

Quando se fala em periodizações, continuidades e rupturas, de imediato vem à mente o trabalho de Fernand Braudel, que em seu desenvolvimento teórico metodológico criou o conceito de temporalidades, sendo dívida em três, o tempo curto, um tempo individual, dos acontecimentos, do fato em si. O segundo tempo é o tempo médio, o das conjunturas, um tempo social lentamente ritmado, e o terceiro tempo é o tempo longo, das estruturas, os da história quase imóvel, é o tempo geográfico (Lacoste, 1989).

Segundo Aguirre Rojas (2002) apud Lima (2012, p. 62) “a proposta teórica de Braudel foi revolucionária, pois conseguiu resgatar as diferentes temporalidades do período pré-capitalista, superando-as, ao mesmo tempo em que rompia (sem negá-las por completo) com a visão linear e homogênea do tempo histórico adotada pela modernidade”.

Ainda no que se refere ao estudo do urbano Mauricio de Abreu aponta o caminho descrito por Monbeig, ainda que não original, já que os franceses já se utilizavam destas mesmas etapas,

mas importante para a geografia nacional, vez que foi ele quem elaborou o primeiro trabalho metodológico e didático sobre o assunto no Brasil:

O trabalho de Monbeig é, neste sentido, perfeitamente claro e didático. O estudo geográfico das cidades deveria ser o resultado final da superação de uma série de etapas metodológicas, cada uma direcionada à observação e obtenção (in locu ou a partir de fontes secundárias) dos dados exigidos para a elaboração de cada segmento da monografia. E que segmentos seriam esses? Eles eram basicamente seis: o sítio, a posição, a evolução histórica, a fisionomia e estrutura, as funções urbanas, e o raio de ação da cidade (Abreu, 1994, p.27).

Para Fania Fridman (2010, p.14) “Pierre Monbeig pensava que a urbe, além de ser um organismo (em clara referência a escola de Chicago de sociologia), era um ato de posse de um grupo humano.”

O casamento entre tempo espaço só é possível a partir do homem que os utiliza, é o homem a força motriz que através das técnicas tem a possibilidade de empiricização do tempo, e este uma vez materializado pelas técnicas, é assimilado pelo espaço que não existe sem a aludida materialidade (Santos, 2013).

Vemos pelo trabalho de Milton Santos (2006) que é a influência de diversas escalas na utilização do objeto que determinam sua função em dado momento, e que por sua vez, podem se alterar ao longo do tempo, onde se tem uma história geral e uma local, que pode ser entendida a partir das técnicas realizadas num dado momento e lugar.

Os campos de análise da geografia histórica podem restringir-se a setoriais ou mesmo de uma forma mais ampla ao estudo dos lugares, das regiões. O geógrafo dentro desta espécie de análise espaço temporal não precisa necessariamente estar apoiada pelo presente, pode sim dedicar-se unicamente ao espaço pretérito. Importante entendermos que ainda que o presente seja o palco principal da geografia, não é o único, vez que a geografia histórica, a exemplo de outros campos, tem ferramental próprio como já demonstrado acima, e o que lhe diferenciara das demais ciências sociais são as questões propostas (Abreu, 2010).

Pensar a geografia urbana sob uma perspectiva histórica põe em destaque a cidade, que segundo Ana Fani:

A cidade é a expressão mais contundente do processo de produção da humanidade sob a égide das relações desencadeadas pela formação econômica e social capitalista. Na cidade, a separação homem-natureza, a atomização das relações e as desigualdades sociais se mostram de forma eloquente (Carlos, 2018, p.25).

O urbano, enquanto fenômeno, aparece na obra de Lefebvre como conceito central, é no urbano que se abre, reunindo e possibilitando todos os contrastes, e na visão de Lefebvre é neste processo de urbanização, pautado numa maximização dos ganhos que em nome da modernidade

se constrói a cidade; a cidade e o espaço urbano dependem de uma especialidade, ou seja, o urbanismo. O Estado detém o poder em determinado território e assim estabelece normas de convivência geral, enquanto poder hegemônico, para Lefebvre somente o conceito de espaço e de sua produção permitem, ao Estado atingir o concreto (Lefebvre, 2013).

Para compreensão da produção do espaço Lefebvre (2013) utiliza-se do método regressivo progressivo, onde recorre ao passado para compreender ao presente.

Certos que impossível esgotar os conceitos sobre o tempo, espaço e sua produção, e longe também de nossa pretensão fazê-lo, agora passemos a análise do urbano da Vila de Itu sob a perspectiva da geografia histórica.

### **3 DESVENDANDO O ESPAÇO URBANO DA VILA DE ITU**

O urbano é o expoente máximo desta integração espaço temporal, sendo que na cidade é que notamos tempos diversos coexistindo, e é na materialidade que é possível visualizar esses tempos justapostos (Santos, 2002). Temporalidades diversas funcionam dentro da cidade, e observando o município Itu no presente são nítidos os traços de diversidade temporal, materializados em casarões, igrejas, capelas, calçamento urbano, engenhos de açúcar, etc., e nos dizeres de Mauricio de Abreu (1988) importante estudar a essência das formas, que nada mais é que o papel exercido por elas nas diversas ocasiões por que passa a sociedade no tempo, assim são os casarões que hoje alocam museus, loja, docerias, engenhos de açúcar dedicados ao turismo rural, entre outros.

O meio físico onde se localiza o núcleo urbano de Itu está assim descrito por Helmut Troppmair quando fala dos aspectos do meio natural e da ocupação do solo do Município de Itu, o que fora citado por João Walter Toscano:

A cidade de Itu está situada sobre um dos muitos esporões que avançam das serras de Guaxatuba e Itaguá em direção à depressão Periférica. Estas serras pertencentes ao maciço cristalino, emolduram a cidade que está situada num amplo anfiteatro. O patamar ou esporão, que é o divisor de águas do córrego Guaraú e seu afluente Taboão, apresenta fraca declividade em direção noroeste, onde junto a confluência dos dois córregos, encontramos as cotas altimétricas de 540 m, enquanto a sudeste, na parte mais elevada, a altitude é de 600 m; isto significa uma declividade de 2% naquela direção, enquanto no sentido transversal (SO-NE) esta porcentagem aumenta para 4%. Este fato é fundamental, pois é o corresponsável pelo aspecto da circulação interna da cidade (Troppmair, 1977 apud Toscano, 1981, p. 13).

Como já dito anteriormente os sertanistas Domingos Fernandes e seu genro Christovão Diniz levantam em 1610 uma capela dedicada a Nossa Senhora da Candelária, em local

denominado Ytu-guassú situado no Planalto de Pirapetinguy, onde se dava um entroncamento entre o caminho indígena para o grande Salto do antigo Anhembi e a partida da estrada das monções. Esses dados se mostram precisos, vez que o citado autor os tirou do Livro do Tomo da matriz de Itu, e que de certa forma foram ratificados pelo testamento do próprio fundador Domingos Fernandes (Nardy, 2000).

A capela erguida em homenagem a Nossa Senhora da Candelária viria a ser a futura igreja de Bom Jesus, sendo a igreja matriz transferida em 1780 para localidade próxima quando da construção de novas instalações, liderados pelo então Padre João Leite Ferraz (Nardy, 2000).

Itu até por conta de sua importância regional alcança em 1644 o foro de capela curada, e já em 1653 fora elevada à categoria de Freguesia, sendo em 1657 a categoria de Vila. Em 1811 foi a vila de Itu elevada a cabeça de comarca, sendo a terceira criada na Capitania de São Paulo (Nardy, 2000).

Desde os primórdios de sua fundação em 1610 até a expansão canavieira em Itu, temos um quadro bastante similar ao que se tem em outras localidades de São Paulo, ou seja, muitos partem para as minas, a atividade agrícola adjacente é pautada por uma economia de subsistência, permanecendo durante este período com baixos índices populacionais, ainda que por sua localização como boca do sertão o comércio mostrou-se ativo na localidade. É com o enfraquecimento das minas e com a recuperação da autonomia administrativa da Capitania de São Paulo em 1765 que vemos este quadro de estagnação se alterar.

Existe aqui fatores internos e também externos que possibilitam uma expansão da economia açucareira, como fatores internos devemos destacar as políticas de incentivo advinda do governo de Morgado de Matheus e também nos dizeres de Joseph Cesar Ferreira de Almeida (2008) esse sensível crescimento nos números deve-se ao estímulo provocado pela alta dos preços do produto no exterior, o que foi consequência do colapso da produção haitiana, decorrente da revolução ocorrida no Haiti iniciada em 1791.

Assim é, em moldes gerais, esse o cenário na vila de Itu, que através da monocultura canavieira, tem seus padrões, urbano, social, demográficos, estruturais, etc. alterados, representando período de constante transformação local. As necessidades de determinada sociedade estão atreladas a seus meios de produção, de modo que o processo de trabalho é intermediário na relação entre o homem e seu meio, sendo o espaço produto desta interação, necessária inclusive para existência humana.

O modo de produção colonial é o escravista, onde este possui uma lógica e um movimento próprio que é a relação entre o capital comercial e a escravidão, o que vem a gerar uma forma de economia pré-capitalista (Moraes, 2011).

Essa lógica escravista significou para vila de Itu um crescimento do contingente populacional bastante significativo, onde de acordo com o censo da época, contido nos maços de população que se encontram no arquivo do Estado de São Paulo, se tem, por exemplo, na Vila de Itu em 1785 uma população de 2951 pessoas, sendo 481 escravos, em 1798 se tem 7161 pessoas sendo 3243 escravos, em 1822 se tem 9150 pessoas sendo 5014 escravos e em 1829 se tem 8577 pessoas sendo 4639 escravos (Samara, 2005). A demanda dos engenhos acaba visivelmente por alterar a demografia da região, representando a inserção não só de um maior contingente populacional, mas de hábitos socioculturais que ajudarão a moldar aquele determinado espaço.

Além dos escravos os agregados descritos por Eni de Mesquita Samara são figuras que merecem atenção neste período, essas figuras existiam tanto na zona rural quanto urbana, na zona rural recebiam para cultivo terras que não utilizadas pelos senhores eram lhes emprestadas para cultivo de lavouras secundárias a produção açucareira, tais como milho, feijão, etc. Na zona urbana o agregado era figura bastante próxima as famílias dos senhores de engenho e realizam tarefas domésticas, e de serviços diversos, quase sempre morando com famílias locais, talvez ai esteja aspecto que trouxe essa classe até então rural para o núcleo urbano, vez que os escravos eram mais aproveitáveis nas fazendas (Samara, 2005).

Os agregados que podiam ser parentes ou não destes senhores, eram vistos pela sociedade local como símbolo de prestígio aos senhores que os possuíam junto de si, e, em contrapartida era sinal de proteção a estes, o fato de estar perto de um destes senhores.

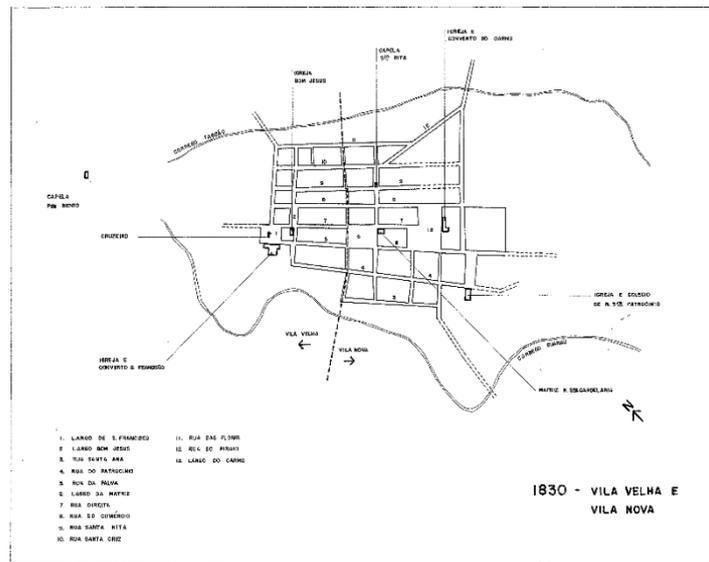
Alguns homens livres que eram deixados a margens dos serviços junto aos engenhos de cana, ou mesmo não contavam com terras para cultivo, ou não prestavam serviços como os agregados, acabavam por viver da condução de tropas e comércio destas.

A fim de entendermos a dinâmica de Itu devemos ter em mente sua grande extensão territorial no século XVIII, ainda que alguns desmembramentos tenham começado a ocorrer, como, por exemplo, o da Freguesia de Ararituaba, hoje Porto Feliz em 1797, e vários outros ao longo do século XIX como o de Piracicaba em 1822, Capivari em 1832, Salto em 1889, entre diversos outros (Sampaio, 2014).



Na sequência temos a planta do núcleo urbano ituano do ano de 1830, onde podemos observar um importante crescimento frente aos anos anteriores, sendo nesta clara a influência do período açucareiro.

Figura 02: reprodução de mapa da evolução urbana de Itu (1830).



Fonte: Acervo do museu Republicano Convenção de Itu.

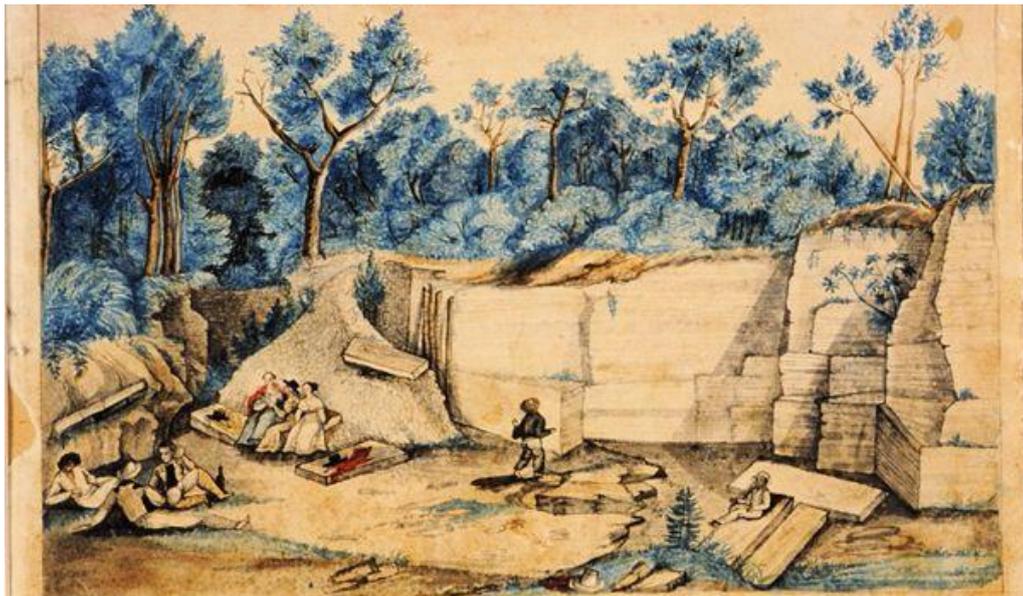
Em correspondência ao desenho do plano urbano dos mapas acima, temos na descrição do viajante Auguste de Saint Hilaire suas impressões deste traçado, conforme segue:

A cidade é estreita e muito alongada, compondo-se de ruas paralelas, de pouca largura, mas bem alinhadas, que cortam outras ruas estreitas, em geral, e marginadas por muros de jardins. Nas ruas principais, a frente das casas é calçada com largas pedras lisas e compactas; as demais não são calçadas, pelo que os transeuntes afundam os pés na areia do respectivo leito. As casas são pintadas de branco e, em sua maioria, construídas de taipa; algumas, que podem passar por belas, têm um andar além do rez do chão; o maior número delas, porém, é constituído por construções pequenas, baixas e de muito má aparência. Tôdas possuem um quintal, mais ou menos vasto, onde se encontram as árvores que os habitantes de Minas costumam plantar nessas espécies de jardins. Vêem-se em Itú várias pequenas praças; mas a em que está edificada a igreja paroquial é a única um pouco mais notável (Hilaire, 1940, p. 232).

Durante o período açucareiro, diversos melhoramentos e obras públicas foram realizadas, de modo a suprirem a demanda de uma zona urbana cujo contingente populacional ia ano a ano crescendo, a exemplo disso dado a escassez de água na vila no começo de 1800 o Padre Antônio Pacheco da Silva arcou com o custo de obra para trazer água de uma vertente próxima da vila por meio de grandes telhões de barro e também dois chafarizes, um, na praça do Carmo e outro na da Matriz, já no período de 1820 a 1821 foram construídos as bicas denominadas Broxado e Padre Campos.

Em 1790 as ruas de Itu começaram a receber calçamento, onde para esse fim cada carreiro contribuía, a título de imposto, com uma determinada quantia de pedras anualmente, sendo que em 06 de janeiro de 1826 determinou a Câmara que se notificasse os moradores das ruas do Carmo, Direita e Palma a fim de que fizessem em suas portas calçadas de dez palmos de comprimento (Nardy, 2000).

Figura 03: Aquarela "Pedreira do Varvito" de Miguelzinho Dutra - 1841



Fonte: Acervo do museu Republicano Convenção de Itu.

Quando nos referimos as estruturas de comércio não foi diferente de início no largo da Câmara, em cujo centro se erguia o pelourinho funcionava a primitiva praça de mercado da vila, sendo que posteriormente:

Em 1808, encontra-se em ruínas o sobradinho do Senado da Câmara de Itu, esta vendeu-o, bem como o terreno anexo, ao mesmo, ao capitão Caetano José Portela; e, com o produto dessa venda fez construir no quarteirão do Beco da Quitanda, entre as ruas do Comércio e Santa Rita, as suas Casinhas; as que ficaram na esquina da rua do Comércio passaram a servir de cadeia e alojamento da força, sendo as outras destinadas ao talho e venda de gêneros (Nardy, 2000, v. 4, p.177).

A partir de 20 de setembro de 1864 a cidade passa a ser iluminada por querosene, sendo 20 lâmpões colocados nas principais ruas da cidade, bem como nas praças da matriz, largo do Carmo e também do Bom Jesus, Itu foi uma das primeiras cidades paulistas a ter esse sistema de iluminação pública que perdurou até o final de 1904 quando a cidade passou a ter luz elétrica nas vias públicas.

As igrejas constituem-se espaços que muito nos dizem das estruturas de poder das sociedades do período colonial, sendo refletido nestas o poderio da elite local que, por exemplo,

deixam quantias significativas em testamento para suas cerimônias fúnebres, missas, doações a irmandades, de modo que o religioso tem papel central na vida desta sociedade do açúcar, onde visíveis são os laços entre poder e religião. Traços desse poderio econômico são vistos em obras como a de construção da Matriz de Nossa Senhora da Candelária, onde sob o comando do abastado padre João Leite Ferraz ergueu-se a igreja cujas paredes foram feitas de terra de pedregulho pilado, as telhas, por sua vez, eram fabricadas na olaria existente na fazenda de propriedade do aludido padre, hoje fazenda paraíso, onde após a missa aos fins de semana o clero acompanhado dos fiéis até lá se dirigiam e carregavam o que conseguiam de telhas para a obra, isso fora feito até a conclusão da cobertura da igreja (Nardy, 2000).

Figura 04: Fachada da Matriz inaugurada em 1833 e demolida em 1888, e respectivo largo.



Fonte: Cintra, 1909, p. 89.

Além desses aspectos de crescimento econômico, melhoramento urbano, a sociedade que se forma traz consigo aspectos simbólicos que definem os papéis sociais de cada grupo e estabelecem conjunturas que vão da organização espacial até mesmo regulando as interações de seus componentes, como, por exemplo os casamentos endogâmicos e ritualizados por pactos de interesses que permitiam a perpetuação das fortunas entre a elite branca (Samara, 2005).

Segundo Yi Fu Tuan no que se refere aos aspectos simbólicos:

Conhecemos o aspecto ideal ou simbólico de uma cidade através de fontes literárias e do que conhecemos sobre a religião e a cosmologia das pessoas, refletidas frequentemente na organização espacial e na arquitetura da cidade. O que as pessoas veem nos seus meios ambientes urbanos, como respondem a ele, não pode ser conhecido diretamente no caso das cidades do passado - nem tampouco são conhecidas na maioria das atuais metrópoles do mundo - porque não existem levantamentos, entrevistas nem observações minuciosas. Porém, alguma coisa pode ser coligida das características físicas desse mundo e dos diversos estilos de vida que nele têm evoluído (Tuan, 2012, p. 223).

Para Lefebvre (2013) os aspectos simbólicos ganham importância na produção do espaço, os símbolos significam lugares, práticas e dão suporte a construções hegemônicas no espaço. Também os aspectos das práticas culturais produzem espaço na medida em que trazem as pessoas a ideia de pertencimento, logo as festas religiosas, as diversas práticas sociais estão intimamente associados a produção do espaço, e na vila de Itu isso também acontece, seja pelos senhores de engenhos, seja pelos escravos, ou mesmo homens livres, vemos diferentes camadas sociais buscando produzir seu espaço, por vezes inclusive confrontando poderes hegemônicos.

O processo de produção do espaço urbano é evidentemente desigual, dado que é o capital, que influirá de forma determinante neste, os espaços mais próximos ao largo da matriz por óbvio pertenciam às famílias mais abastadas, ou seja, aos senhores de engenho, estes é que definiram os espaços dos menos favorecidos, ou seja, se pensarmos em um núcleo urbano colonial dos prestadores de serviço, dos homens livres e de forma mais severa dos escravos, ainda que moldados pelos interesses da elite, é certo que contradições existiram, que espaços se moldaram a resistência de alguns, tensões ocorreram, isto porque não, é algo simples ou mesmo pronto, pois, seguramente estas fazem parte integrante da totalidade a que está sujeito o processo de produção da cidade dessa incessante articulação cotidiana de fatores diversos e entrelaçados no urbano.

Entender o espaço de formação do que vem a ser hoje a cidade de Itu nos possibilita a compreensão de diversos dos seus aspectos no presente, ou mesmo da região, dada a unicidade no período estudado e o desenvolvimento a posteriori de cidades como Sorocaba, Piracicaba, Mogi-Guaçu e Jundiaí, que faziam parte integrante do Quadrilátero do Açúcar.

### **3 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente artigo objetivou o entendimento do espaço urbano da vila de Itu, mas não um espaço do presente e sim um espaço que compreende um recorte temporal que vai aproximadamente do ano de 1780 a 1830, onde a localidade após um período de estagnação por conta das evasões provocadas pelas minas, chega a um período cuja monocultura canavieira ditou o movimento desta sociedade ao final do século XVIII e início do século XIX.

Pensar a geografia urbana dentro de um viés espaço temporal permite ao pesquisador utilizando da metodologia própria a matéria entender um espaço do passado superando para tal as lacunas existentes e que em muito dificultam o trabalho.

Documentos como os maços da população, contidos no arquivo de São Paulo, permitem que entendamos o crescimento populacional da cidade, ao mesmo tempo, que observamos reflexos do modo de produção baseado na mão de obra escrava, onde se tem um crescimento demográfico, ao mesmo tempo, em que se vê inserções de aspectos culturais totalmente novos na vila de Itu.

Nesta mesma visão, aspectos simbólicos, demonstram os padrões sociais, onde senhores de engenhos exercem um poder central na comunidade local, gravitando em torno destes senhores, as demais camadas sociais, que tem no espaço urbano o lugar da interação.

A transformação do espaço urbano, por sua vez, segue motivada pela ascensão econômica, onde temos novas construções de residências, alterações de praças, ao mesmo tempo, em que se buscam melhorias seja a título de calçamento das vias públicas, construções de chafarizes, entre outras, a cidade assim como seus habitantes experimentam alterações do espaço que só são possíveis graças ao capital advindo da produção açucareira.

Itu tem valiosa documentação arquivística que permite o entendimento de como se construiu a sociedade da época, evidentemente levando-se em conta a diversidade de fatores que influíram na estrutura social em formação, e que moldaram o espaço ao longo do tempo. Esse estudo visa contribuir com a geografia histórica urbana, que com base em seu caráter interdisciplinar, e as possibilidades investigativas que se abrem ao geógrafo que pauta sua análise numa conjectura espaço temporal de uma dada sociedade e do espaço geográfico que ela constrói.

Por fim, é nítido que se utilizando do ferramental adequado a geografia urbana, somos capazes de encontrar respostas no tempo pretérito, dadas as possibilidades de pesquisa que se abrem frente ao espaço urbano e todas as conjecturas que somente são imagináveis neste.

#### 4 REFERÊNCIAS

ABREU, Maurício de Almeida. **Geografia histórica do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Prefeitura Municipal do RJ, v.1, 2010. p. 15-28.

\_\_\_\_\_. **Evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPLANRIO; Zahar, 1988. 156p.

\_\_\_\_\_. **Estudo geográfico da cidade no Brasil: evolução e avaliação** (contribuição à história do pensamento geográfico brasileiro). Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, v. 56, p. 21-122, 1994. Disponível em: <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg\\_1994\\_v56\\_n1\\_n4.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1994_v56_n1_n4.pdf)>, acesso: 3 jun. 2019.

ALMEIDA, Joseph Cesar Ferreira de. **Entre engenhos e canaviais: senhoras do açúcar em Itu (1780-1830)**. 2008. 120f. Dissertação (Mestrado em História Econômica) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-14052008-153229/>>. Acesso em: 2018-12-19.



CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade**. 9 ed. São Paulo: Contexto, 2018. 98p.

CINTRA, Francellino. **Almanach histórico, biographico e indicativo da Comarca de Ytu para o anno de 1910**. Itu: São José, 1909. 144p.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Trajatórias geográficas**. 3ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. 304p.

FRIDMAN, Fania; ABREU, Mauricio de. **Cidades latino americanas: um debate sobre a formação de núcleos urbanos**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2010. p. 11-36.

LACOSTE, Yves. **Ler Braudel**. Campinas: Papirus, 1989. 236p.

LEFEBVRE, Henri; LOREA, Ion Martínez. **La producción del espacio**. Madrid: Capitán Swing, 2013. 456p.

LE GOFF, Jacques. **História & memória**. 7 ed. revista - Campinas, Editora da Unicamp, 2013. 504p.

LIMA, Átila de Menezes; AMORA, Zenilde Baima. **Debates Acerca da Geografia Histórica e da Geo-História: Elementos para a Análise Espaço-Temporal**. Espaço Aberto, v. 2, n. 2, p. 51-72, 2012.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Bases da formação territorial do Brasil**. 2 ed. Annablume, 2011. 432p.

NARDY FILHO, Francisco. **A cidade de Ytu**. Itu: Ottoni Editora, 2000. 6v.

SAINT-HILAIRE, Auguste. **Viagem à Província de São Paulo e Resumo das viagens ao Brasil, Província Cisplatina e Missões do Paraguai**. Trad., prefácio e notas de Rubens Borba de Moraes. São Paulo: Livraria Martins, 1940. 375p.

SAMARA, Eni de Mesquita. **Lavoura canavieira, trabalho livre e cotidiano**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005. 200p.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informal**. 5 ed. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013. 176p.

\_\_\_\_\_. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4 ed. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. 258p.

\_\_\_\_\_. **O tempo nas cidades**. Ciência e Cultura, São Paulo, v. 54, n. 2, p. 21-22, 2002. Disponível em: <[http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0009-67252002000200020&lng=en&nrm=iso](http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252002000200020&lng=en&nrm=iso)>, acesso em 04 Junho 2019.

SAMPAIO, Iara Fioravanti; SALGADO, Ivone. **População Urbana da Vila de Itu**. In: Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, 3., Anais ... São Paulo: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2014. Disponível em: <[https://www.anparq.org.br/dvd-enanparq-3/htm/Artigos/SC/POSTER/SC-CDR-015\\_SAMPAIO\\_SALGADO.pdf](https://www.anparq.org.br/dvd-enanparq-3/htm/Artigos/SC/POSTER/SC-CDR-015_SAMPAIO_SALGADO.pdf)>. Acesso em: 21 junho 2019.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. **Questões metodológicas na geografia urbana histórica**. GeoTextos, v. 5, n. 2, p. 147-157, 2010. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/geotextos/article/view/3791/2768>>, acesso em 02 Junho 2019.

TOSCANO, João Walter. **Itu – centro histórico, estudos para preservação**. 1981. 175f. Dissertação (Mestrado em estruturas ambientais urbanas) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1981.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. SciELO-EDUEL, 2012. 288p.